

PREGÃO ELETRÔNICO

(9)0038/2026

CONTRATANTE (UASG)
MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC (988383)

OBJETO

Registro de preços para contratações futuras e parceladas de empresa com mão de obra especializada, com elaboração de projeto, confecção, montagem e instalação de móveis sob medida/planejados em MDF por m² (metro quadrado), bem como para fornecimento e instalação de granito por m² (metro quadrado) e fornecimento de cubas, atendendo as necessidades das Secretarias do Município de Xanxerê-SC.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.787.679,29 (um milhão setecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e nove reais e vinte e nove centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/05/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por LOTE

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0111/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0038/2026

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo **menor preço por LOTE**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022 e Lei Complementar nº 0123/2006.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço:

Data da sessão: 12 de maio de 2026

Horário: 09:00 horas

Local: <https://www.gov.br/compras> “Acesso Identificado”

UASG: 988383

1. DO OBJETO:

1.1. **Registro de preços** para contratações futuras e parceladas **de empresa com mão de obra especializada, com elaboração de projeto, confecção, montagem e instalação de móveis sob medida/planejados em MDF por m² (metro quadrado), bem como para fornecimento e instalação de granito por m² (metro quadrado) e fornecimento de cubas**, atendendo as necessidades das Secretarias do Município de Xanxerê-SC.

1.2. *A licitação será realizada em 03 (três) lotes;*

1.3. **Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto (item) descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual – MEI e Cooperativas, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 3.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará**, em campo próprio do sistema, que:
 - 3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

- 3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.5.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1. **Valor unitário e total do item;**
 - 4.1.2. **Marca dos itens, exceto se não possuir;**
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 8.13 deste Edital:

5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 5.2.1. Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- 5.2.2. Cópia do **ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 5.2.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- 5.2.4. Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 5.3.1. Prova de Regularidade unificada com a Secretaria da **Receita Federal** e a Dívida Ativa da União;
- 5.3.2. Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- 5.3.3. Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- 5.3.4. Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS;
- 5.3.5. Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
 - 5.3.5.1. *A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.*

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E OPERACIONAL:

- 5.4.1 **Atestado(s) de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa prestou **serviços pertinentes e compatíveis** com o objeto deste Edital;

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item;

- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de preço inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10. O envio de lances no pregão eletrônico terá o modo de disputa “**ABERTO**”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
- 6.10.1. Item é enviado para disputa;
- 6.10.2. Item ficará em disputa durante 10 (dez) minutos;
- 6.10.3. Ao final dos 10 minutos, inicia-se a prorrogação automática em 2 em 2 minutos.
- 6.10.4. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte ou cooperativas que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte ou cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte ou cooperativas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.18.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.18.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **CONFORME MODELO DO ANEXO II**.
- 6.18.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO:

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Certidão negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP, CEPIM, e-PAD e CGU-PAD) disponível no site <https://certidoes.cgu.gov.br/>.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 deste edital.

- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, **desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação**;
- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

- 8.1. Os documentos previstos no **Item 05 do edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia, inclusive autenticada ou assinada digitalmente, desde que seja possível o rastreamento da origem.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.10. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**
- 8.10.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação ou pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,

mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.
- 8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.16. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.5 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- 8.17. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

9. DOS RECURSOS:

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO:

- 10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- 10.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- 10.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- 10.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- 10.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
 - 11.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - 11.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Edital e Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ATA:

- 12.1. A empresa deverá comparecer no município para medir o local que será posicionado o móvel ou medi-lo por meio de tecnologia/software.
- 12.2. As medições in loco e posteriormente as instalações deverão ser realizadas nos prédios públicos localizados no perímetro urbano do Município de Xanxerê.
- 12.3. Cumprir com os prazos de instalações: medições 05 (cinco) dias úteis e instalação em até 30 (trinta) dias.
- 12.4. Não é permitido a subcontratação do serviço contratado.
- 12.5. A vencedora obriga-se aos encargos sociais, fiscais e trabalhistas, bem como com o deslocamento até os locais indicados incluindo alimentação de seus colaboradores e demais despesas concernentes à execução.
- 12.6. A medição por metro quadrado compreende a instalação posterior de todo o conjunto de materiais necessários para perfeita utilização pelo órgão solicitante.
- 12.7. A empresa deverá possuir todas as ferramentas necessárias para os serviços de medição e instalação.
- 12.8. Os pedidos não possuirão quantidade ou metragem mínimas, podendo ser realizadas ordens conforme a necessidade da contratante, de forma parcelada.

- 12.9. Durante a vigência da ata, a empresa fica obrigada a fornecer os produtos de acordo com o valor proposto, nas quantidades solicitadas e nos prazos estipulados pelo contrato.
- 12.10. Os produtos adquiridos deverão possuir garantia integral, com prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega, contra qualquer defeito de fabricação que o produto venha a apresentar, incluindo avarias no transporte até o local de entrega, vício de qualidade etc., mesmo depois de ocorrida sua aceitação/aprovação pela secretaria solicitante.
- 12.10.1. Não serão aceitas garantia de terceiros.
- 12.11. A garantia inclui a substituição do material defeituoso no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para o município, podendo ser prorrogado mediante solicitação por escrito, devidamente justificada, com antecedência mínima de 02 (dois) dias corridos.
- 12.12. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 12.13. A contratada é obrigada a disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.
- 12.14. Os produtos deverão ser entregues exclusivamente às expensas do contratado, as quais incluem despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outras necessárias para o fornecimento do produto.
- 12.15. Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei, devendo, juntamente a estas, serem apresentados os documentos constantes no Checklist de Recebimento e Conferência de Documentos para Liberação de Pagamento, anexo ao processo.
- 12.16. As medições e o recebimento dos objetos dar-se-ão nos seguintes horários: MATUTINO, das 7:30h às 11h30min; e VESPERTINO, das 13h às 17h.

13. DAS OBRIGAÇÕES ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO):

- 13.1. Apresentar a Autorização de Fornecimento especificando os serviços a serem executados, o local e o devido prazo para a execução dos mesmos;
- 13.2. Fornecer os materiais necessários para a realização dos serviços;
- 13.3. Fiscalizar e acompanhar toda a execução do serviço, bem como officiar a contratada, caso os serviços não estejam sendo executados conforme contrato;
- 13.4. Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- 13.5. Notificar a contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do Edital, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades.

14. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA:

14.1. Lote 1 – Móveis Planejados

- 14.1.1 Medição: Assim que a secretaria solicitante entrar em contato com a Contratada, a mesma terá até 3 (três) dias para realizar a visita técnica no local em que se necessita a confecção do móvel. Essa visita será necessária para tomar conhecimento do ambiente em que o móvel será instalado e, através da medição do espaço físico será elaborado o projeto do móvel, com o intuito de identificar a cor do acabamento, quantificar os metros quadrados de Chapa de MDF e esclarecer possíveis dúvidas da secretaria solicitante.
- 14.1.2 Projeto: Após a medição, a Contratada terá um prazo de até 5 (cinco) dias úteis para apresentar o projeto e caso não seja aprovado o projeto, terá um prazo para revisão de projeto de até 3 (três) dias úteis. Numa possível não aprovação, o prazo para revisão do projeto se repete até

alcançar a aprovação da secretaria solicitante. Assim que aprovado o projeto, a secretaria solicitante estará emitindo a Autorização de Fornecimento/Empenho.

- 14.1.3 Confeção, transporte, entrega e instalação: O prazo máximo para as etapas de confecção, transporte, entrega e instalação dos móveis será de 30 (quarenta) dias corridos, após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

14.2. Lote 2 – Granitos Sob Medida e Cubas

- 14.2.1. Medição: Nos locais onde se fizer necessário a instalação de granitos e cubas, assim que terminada a instalação dos móveis, a secretaria solicitante entrará em contato com a Contratada que terá até 48 (quarenta e oito) horas para estar efetuando a medição.

- 14.2.1.1 Nesse processo será definido a cor do granito, o tipo de acabamento, o modelo de cuba e demais detalhes pertinentes.

- 14.2.1.2 Assim que definido todos detalhes, a secretaria solicitante estará emitindo a Autorização de fornecimento com base nas informações levantadas.

- 14.2.2 Confeção, transporte, entrega e instalação: O prazo máximo para as etapas confecção, transporte, entrega e instalação dos granitos será de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

- 14.3 Os produtos entregues que não estiverem dentro das especificações deverão ser substituídos pela licitante vencedora, sem qualquer ônus à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação do fato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital.

- 14.4 Cada pedido não possui quantidade mínima, podendo ser realizadas ordens conforme a necessidade da contratante, de forma parcelada.

- 14.5 As medições e o recebimento dos objetos dar-se-ão nos seguintes horários: MATUTINO, das 7:30h às 11h30min; e VESPERTINO, das 13h às 17h.

- 14.6 O prazo de vigência da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que devidamente justificada, comprovada a vantajosidade dos preços registrados e observadas as condições de mercado, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

- 14.6.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, os quantitativos inicialmente registrados poderão ser renovados, mediante nova análise de demanda, nova pesquisa de preços, justificação quanto a vantajosidade da manutenção da ata e concordância expressa do fornecedor detentor.

15 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 15.2 O pagamento será efetuado conforme Decreto de Pagamento nº 012/2026 da Prefeitura Municipal, a contar do recebimento da fatura devidamente aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais.

- 15.3 Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

- 15.4 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material ou serviço e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

- 15.5 A despesa correrá na seguinte dotação orçamentária:**

Secretaria de Administração e Finanças/Gabinete do Prefeito:

Gabinete – Red. 2 f. 1.5001

Administração – Red. 15 f. 1.500

Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer:

Red - 94 Fonte 1500

Secretaria de Infraestrutura e Serviços

Red 51 - 3.3.90 - Fonte 1.500

Red 53 - 4.4.90 - Fonte 1.500

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura

Red. 28

Red. 36 Fonte 1500

Secretaria de Educação**Reduzido 76 fonte 1364.00****Reduzido 82 fonte 0001.00****Reduzido 85 fonte 0001.00**Secretaria de Saúde

Red. 8 - Recurso próprio - Fonte 0002

Red. 13 - Manutenção Atividades de Saúde - Fonte 1138

Red. 11 - Fonte 0002.

Secretaria de Assistência Social

Reduzido 05 Recursos Próprios Fonte 1500

Reduzido 06 Recursos Próprios Fonte 1500

Reduzido 08 PSB Fonte 1660

Reduzido 08 PSB Fonte 1661

Reduzido 08 PSB Fonte 2660

Reduzido 08 PSB Fonte 2661

Reduzido 09 PSB Fonte 1660

Reduzido 09 PSB Fonte 1661

Reduzido 09 PSB Fonte 2660

Reduzido 09 PSB Fonte 2661

Reduzido 14 PSMAC Fonte 1660

Reduzido 14 PSMAC Fonte 1661

Reduzido 14 PSMAC Fonte 2660

Reduzido 14 PSMAC Fonte 2661

Reduzido 15 PSMAC Fonte 1660

Reduzido 15 PSMAC Fonte 1161

Reduzido 15 PSMAC Fonte 2660

PEA

Red. 121 Recursos Próprios Fonte 1500

Red. 122 Recursos Próprios Fonte 1500

Polícia Militar

Red. 23 - fonte 1500

Polícia Civil

Red 20 - Fonte. 1111

Corpo de Bombeiros Militar.

Red 117 - Fonte: 1753

Cultura

Red. 99 Fonte 1500

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.2 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

16.2.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato/Ata Registro Preços;

16.2.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato/Ata Registro Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.2.3 Dar causa à inexecução total do contrato/Ata Registro Preços;

16.2.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.2.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.2.6 Não celebrar o contrato/Ata Registro Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.2.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.2.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato/ Ata Registro Preços;

16.2.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ Ata Registro Preços;

16.2.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.2.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.2.12 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

16.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 15.1 deste edital as seguintes sanções:

16.3.1 Advertência;

16.3.2 Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

16.3.3 Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.3.5 As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.3 e 16.2.4 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com o prevista no subitem 16.2.2 do mesmo item.

16.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato/ Ata Registro Preços com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 16.2 do presente Edital.

16.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.6 A aplicação das sanções previstas no item 16.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.7 Na aplicação da sanção prevista no item 16.2, subitem 16.2.2, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.8 Para aplicação das sanções previstas nos subitens 16.2.3 e 16.2.4 do item 16.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 16.9 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 16.10 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 16.11 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 16.12 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- 16.12.1 Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- 16.12.2 Pagamento da multa;
- 16.12.3 Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- 16.12.4 Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- 16.12.5 Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- 16.13 A sanção pelas infrações previstas nos subitens 16.1.8 e 16.1.12 do item 16.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
- 17 PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**
- 17.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: licita@xanxere.sc.gov.br ou protocolo online www.xanxere.sc.gov.br ou no sistema compras.gov se disponível opção.
- 17.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração www.xanxere.sc.gov.br
- 18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**
- 18.2 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.
- 18.3 A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 18.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.5 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que

eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

18.6 Fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, SC, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato/ Ata Registro Preços dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

18.7 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.7.1 Anexo I – Termo de Referência;

18.7.2 Anexo II – Descrição do(s) Item(s)/ Modelo de Proposta;

18.7.3 Anexo III – Minuta da Ata de Registro Preços.

Xanxerê-SC, 24 de abril de 2026.

OSCAR MARTARELLO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Educação, Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura, Secretaria de Infraestrutura e Serviços, Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Secretaria de Saúde, PEA, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar.

ORDENADOR DA DESPESA: Os ordenadores de despesa serão os secretários/diretores de cada pasta.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa com mão de obra especializada, com elaboração de projeto, confecção, montagem e instalação de móveis sob medida/planejados em MDF por m² (metro quadrado), bem como para fornecimento e instalação de granito por m² (metro quadrado) e fornecimento de cubas, atendendo as necessidades das Secretarias do Município de Xanxerê.

ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS:

MÓVEIS PLANEJADOS	
1	<p>MÓVEIS EM MDF - PROJETO, CONFECÇÃO, ENTREGA E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS POR M². Os móveis deverão ser confeccionados em madeira MDF (medium density fiberboard) com, no mínimo, 15 mm de espessura, revestida em laminado melanímico de baixa pressão texturizado em ambas as faixas. <u>Cor a ser definida na contratação.</u> Todos os componentes e estruturas necessárias ao móvel (fita borda, corrediças, dobradiças, puxadores, pés, rodas, estruturas metálicas, ferragens, parafusos, etc) ficarão a cargo do licitante vencedor e deverão estar inclusos na confecção dos móveis planejados. Todos os móveis confeccionados deverão seguir as diretrizes e as recomendações das normas regulamentadoras de ergonomia. <u>O valor do metro quadrado deverá englobar todos os custos necessários às etapas de medição, projeto, confecção, transporte, entrega e instalação nos locais previamente informados pela secretaria requisitante.</u> É obrigatória, por parte da contratada, a apresentação dos projetos técnicos dos móveis executados, contendo as respectivas medidas lineares e a metragem quadrada total (m²) de cada item individual. Depois de confeccionados, os móveis deverão ser entregues e instalados nos locais previamente informados pela secretaria solicitante.</p>
GRANITO E CUBAS	
2	<p>GRANITO SOB MEDIDA POR M² (METRO QUADRADO). Granito liso, não poroso, com no mínimo 20MM de espessura, com acabamento bipolido e arredondado caso necessário. Fornecido em tons claros ou escuros, como por exemplo: branco dallas, marrom café bahia, preto são gabriel. <u>COR A SER DEFINIDA NA CONTRATAÇÃO.</u> Todos os insumos (adesivos, colas, massas, etc) e estruturas necessárias a fixação do granito (suportes, mão-francesas, pés, estruturas metálicas, ferragens, parafusos, etc) ficarão a cargo do licitante vencedor e deverão estar inclusos na confecção dos granitos. O valor do metro quadrado deverá englobar todos os custos necessários às etapas de medição, projeto, confecção, transporte, entrega e instalação nos locais previamente informados pela secretaria requisitante. É obrigatória, por parte da contratada, a apresentação dos projetos técnicos dos granitos executados, contendo as respectivas medidas lineares e a metragem quadrada total (m²) de cada item individual. Depois de confeccionados, os móveis deverão ser entregues e instalados nos locais previamente informados pela secretaria solicitante.</p>

3	CUBA INOX DE EMBUTIR RETANGULAR NO TAMANHO GRANDE. Nas dimensões aproximadas: 56CM de comprimento X 34CM de largura X 17CM de profundidade, podendo sofrer variação de tamanho de até 3CM. Fabricada em aço inox polido 304 com espessura mínima de 0,6MM, acabamento alto brilho espelhado. Deverá ser fixada ao granito com adesivo de poliuretano e cola plástica. Acompanha válvula para pias e cubas com saída ladrão/escape.
4	CUBA INOX DE EMBUTIR RETANGULAR NO TAMANHO PEQUENO. Nas dimensões aproximadas: 40CM de comprimento X 34CM de largura X 17CM de profundidade, podendo sofrer variação de tamanho de até 3CM. Fabricada em aço inox polido 304 com espessura mínima de 0,6MM, acabamento alto brilho espelhado. Deverá ser fixada ao granito com adesivo de poliuretano e cola plástica. Acompanha válvula para pias e cubas com saída ladrão/escape.
5	CUBA CERÂMICA DE EMBUTIR OVAL NO TAMANHO PADRÃO. Nas dimensões aproximadas: 40CM de comprimento X 30CM de largura X 15CM de profundidade, podendo sofrer variação de tamanho de até 3CM. Fabricada em material cerâmico com espessura mínima de 8MM, na cor branca. Deverá ser fixada ao granito com adesivo de poliuretano e cola plástica. Acompanha válvula para pias e cubas.

FITA DE LED

6	Fita LED COB 3000K 9W/m 12V/ IRC80 - rolo de 5 metros com fonte
---	---

JUSTIFICATIVA DAS SECRETARIAS:

1. Secretaria de Administração e Finanças

A presente justificativa refere-se à necessidade da Secretaria de Administração e Finanças e do Gabinete do Prefeito quanto à contratação de empresa especializada para elaboração de projetos, confecção, montagem e instalação de móveis sob medida em MDF, bem como fornecimento e instalação de granito e cubas.

A contratação é necessária devido às adequações que serão realizadas nos espaços físicos desses setores, especialmente em razão da reorganização interna com a saída da Secretaria de Educação. Essas mudanças exigem a reestruturação dos ambientes, com instalação de mobiliário planejado que se adapte aos novos espaços, garantindo melhor aproveitamento, organização e funcionalidade.

As quantidades foram estimadas com base em uma média de gastos, considerando contratações anteriores e a previsão das reformas. Não é possível definir exatamente o que será necessário, pois isso dependerá das adequações realizadas em cada ambiente, motivo pelo qual foi optado por licitar na modalidade de Registro de Preços, que permite maior flexibilidade, possibilitando a contratação conforme a necessidade, além de contribuir para mais economia e eficiência.

2. Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer:

Justifica-se as quantidades pela estrutura do setor de esportes, sendo que precisamos priorizar a otimização de espaço bem como priorizar os parâmetros em caso de trocas e manutenções, garantindo funcionalidade e segurança para os frequentadores dos locais em questão. A opção por materiais de alta resistência, como granitos e MDF, justifica-se pela necessidade de durabilidade em áreas de uso intenso e exposição à umidade, promovendo eficiência operacional e redução de custos com manutenção futura.

Em ginásios, o uso de pedras naturais se torna funcional e sanitário. Locais que são usados nos Ginásios esportivos:

Vestiários Coletivos: Bancadas extensas para pias (cubas de embutir ou sobrepor) que suportam uso simultâneo de atletas.

Áreas de Banho: Divisórias e soleiras para conter o escoamento de água, evitando infiltrações.

Bancadas de Atendimento/Recepção: Tampos de alta resistência para controle de acesso e áreas de troféus.

Cozinhas/Lanchonetes Internas: Superfícies impermeáveis exigidas pela Vigilância Sanitária para manipulação de alimentos.

Justifica-se ainda pela necessidade de superfícies de baixa porosidade e alta resistência mecânica, essenciais em ambientes de umidade constante e grande fluxo de pessoas, garantindo a assepsia rápida e durabilidade superior a 10 anos sem necessidade de substituição."

O mobiliário planejado é indispensável para a verticalização do armazenamento de materiais esportivos volumosos e para a organização dos vestiários, permitindo que o layout se adapte às dimensões estruturais do ginásio, o que seria impossível com móveis de medidas padrão.

3. Secretaria de Infraestrutura e Serviços:

A definição do quantitativo para a presente contratação foi fundamentada no planejamento anual da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços, visando a organização dos ambientes administrativos e técnicos, bem como a melhoria das condições de trabalho dos servidores ao longo do período de 12 (doze) meses.

O quantitativo de 200 m² de móveis sob medida em MDF foi estimado com base no levantamento das necessidades de adequação dos espaços físicos da Secretaria, considerando a organização das salas administrativas, setores técnicos, arquivos, áreas de atendimento e a previsão de futura readequação dos ambientes de trabalho, além da substituição de mobiliários já desgastados ou inadequados.

De forma complementar, também foram estimados 50 m² de granito sob medida para instalação em bancadas, pias e balcões, bem como a aquisição de 15 cubas no total (5 unidades de cada modelo) para atender as necessidades das copas, sanitários e áreas de apoio da Secretaria.

Dessa forma, o quantitativo definido busca atender as demandas atuais e futuras da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços, garantindo melhor planejamento, padronização dos ambientes e evitando aquisições emergenciais.

4. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura:

A presente demanda justifica-se pela necessidade de substituição e implantação de móveis planejados, bancadas em granito e cubas em inox, considerando o desgaste natural dos mobiliários atualmente existentes, muitos dos quais já não atendem de forma adequada às condições de funcionalidade, ergonomia, organização e higiene exigidas para o pleno desenvolvimento das atividades administrativas, técnicas e de atendimento ao público.

Destaca-se que os espaços vinculados à Secretaria possuem características específicas, com fluxo contínuo de servidores, produtores rurais, empresários e população em geral, o que exige materiais de alta durabilidade, resistência mecânica e baixa porosidade, como MDF de qualidade e granito, garantindo maior vida útil, facilidade de limpeza e redução de custos com manutenção ao longo do tempo.

No que se refere aos ambientes da SEDEA, do CIGER e do Parque da FEMI, a utilização dos materiais será destinada a:

- Áreas administrativas e técnicas: organização de estações de trabalho, arquivos e setores operacionais;
- Espaços de atendimento ao público: balcões e bancadas com maior resistência e melhor ergonomia;
- Copas e áreas de apoio: superfícies adequadas para manipulação de alimentos, atendendo às normas sanitárias;
- Sanitários e áreas comuns: instalação de bancadas e cubas com maior durabilidade e facilidade de higienização;

- Estruturas de apoio a eventos (Parque da FEMI): adequação de espaços utilizados em feiras, exposições e atividades institucionais.

A definição dos quantitativos baseia-se no levantamento das necessidades atuais e na previsão de readequações futuras dos espaços, buscando garantir padronização, eficiência operacional e melhores condições de trabalho aos servidores, bem como um ambiente mais adequado, seguro e acolhedor aos usuários dos serviços públicos.

5. Secretaria de Educação:

A presente contratação tem por objeto a aquisição de móveis planejados em MDF, bancadas em granito para pias e bacias em inox, destinados ao atendimento das necessidades das 24 unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

A demanda decorre, inicialmente, da necessidade de **substituição de móveis atualmente existentes**, os quais se encontram depreciados em razão do uso contínuo ao longo do tempo, apresentando desgaste, perda de funcionalidade e, em alguns casos, comprometimento das condições adequadas de higiene e segurança nos ambientes escolares, especialmente em cozinhas, refeitórios e áreas de apoio.

Adicionalmente, a contratação visa suprir a necessidade de **implantação de novos móveis**, em razão da ampliação das atividades educacionais vinculadas ao Programa Educa Mais – Escola Integral em Tempo Integral, que demanda adequação dos espaços físicos e melhor estruturação das unidades escolares para atendimento dos alunos em período ampliado.

A aquisição pretendida contribuirá para a melhoria das condições de trabalho dos servidores, bem como para a oferta de um ambiente mais adequado, organizado e seguro aos estudantes, refletindo diretamente na qualidade dos serviços educacionais prestados.

6. Secretaria de Saúde:

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) esclarece que a definição do quantitativo para a presente contratação é fruto de um Planejamento que contempla não apenas a demanda imediata, mas a sustentabilidade operacional das unidades de saúde.

A metragem estimada baseia-se no cronograma de reformas e reparos e na necessidade de substituição gradual de móveis e estruturas obsoletas. Muitas das estruturas atuais já não atendem aos padrões rigorosos de higienização e ergonomia. A Saúde Pública é um organismo dinâmico, onde a demanda por adequações físicas pode surgir de forma imprevista, como uma reestruturação de guichês em situações de surtos epidemiológicos e urgências.

A estimativa de metragem proposta não se limita ao que é visível hoje; ela constitui uma Reserva Técnica Operacional. Isso garante que a Secretaria tenha prontidão de resposta, permitindo adequações imediatas sem a paralisia de novos e lentos processos licitatórios, que poderiam comprometer a agilidade necessária ao atendimento à população.

Portanto, o quantitativo estipulado é o que melhor atende ao princípio da **economicidade e eficiência**. Ao realizar uma licitação robusta por metro quadrado, a Administração ganha escala e garante o fornecimento contínuo, evitando o risco de desabastecimento de infraestrutura e assegurando que as unidades de saúde permaneçam em pleno funcionamento para o cidadão.

7. Secretaria de Assistência Social:

A Secretaria de Assistência Social possui quatro Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, um Acolhimento Institucional, dois CRAS, um CREAS, o Programa Pão da Vida e o Família Acolhedora, sendo que a manutenção de todos estes faz com que a aquisição de produtos de materiais de limpeza seja item imprescindível para a qualidade no funcionamento dos mesmos.

E a exemplo do Acolhimento Institucional Jacy João Tecchio que altera constantemente sua lotação, mas que pode chegar em sua total capacidade para até 20 crianças e com quatro equipes de trabalho com aproximadamente seis pessoas, que funciona 24 horas como uma casa, os produtos de limpeza precisam estar sempre disponíveis e a licitação proporcionará com que tenhamos disponibilidade em itens essenciais.

Nossos Serviços de Convivência atendem cerca de 250 crianças e adolescentes, bem como os CRAS e o CREAS com atendimentos diários.

8. PEA

O PEA – Programa de Envelhecimento Ativo, que possui o 60 MAIS possui uma pia que se encontra bem danificada, desta forma justifica-se a participação na licitação onde se pretende fazer a pia e o balcão para o fogão de forma que fazendo de material resistente a exemplo do MDF e granito e inox, se proporciona uma melhor qualidade e redução de custos futuros com manutenções. A substituição desta pia proporcionará maior qualidade aos atendimentos aos idosos e funcionários.

9. Polícia Militar:

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de móveis sob medida destinados à reestruturação dos ambientes internos do 14º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado em Xanxerê, contemplando a Seção de Segurança Contra Incêndio e demais setores administrativos, bem como adequações em espaços de uso comum.

A necessidade decorre da importância de adequar os ambientes às demandas operacionais e administrativas, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores e qualificando o atendimento ao público. A utilização de mobiliário planejado permite melhor aproveitamento dos espaços, organização de materiais e documentos, além de contribuir para a padronização e funcionalidade dos setores.

Destaca-se ainda que as melhorias estruturais em andamento na unidade demandam a instalação de mobiliários compatíveis com os novos ambientes, garantindo integração, durabilidade e adequada utilização dos espaços físicos.

Dessa forma, a contratação visa promover maior organização interna, eficiência nas rotinas administrativas e melhoria na prestação do serviço à comunidade, refletindo positivamente na imagem institucional do Corpo de Bombeiros Militar.

10. Polícia Civil:

A Polícia Civil de Xanxerê justifica sua participação na licitação visando atender às necessidades estruturais e funcionais de suas unidades.

O prédio que abriga a estrutura da Polícia Civil no município é amplo e concentra diversas unidades, incluindo a Delegacia Regional, a Delegacia de Investigação Criminal, a Central de Plantão Policial, a Delegacia de Polícia da Comarca de Xanxerê, além de unidade de atendimento do DETRAN. Trata-se de edificação antiga, com mobiliário igualmente defasado, que já não atende de forma adequada às demandas operacionais e administrativas atuais.

Considerando o elevado fluxo de atendimento ao público, bem como a intensa utilização diária dos espaços e mobiliários por servidores e usuários, verifica-se a necessidade de modernização e readequação dos ambientes internos. A substituição por móveis planejados permitirá melhor aproveitamento dos espaços físicos, maior ergonomia aos servidores, organização dos setores e melhoria nas condições de trabalho.

Ademais, a instalação de materiais adequados, como granito e cubas, mostra-se essencial para garantir durabilidade, higiene e funcionalidade, especialmente em áreas de uso comum e atendimento ao público.

Destaca-se, ainda, que a Administração vem promovendo melhorias estruturais no prédio, com o objetivo de qualificar o ambiente institucional, tornando-o mais adequado, seguro e acolhedor tanto para os servidores quanto para a população atendida.

Nesse contexto, a participação da Instituição permite a contratação conforme a demanda, com economicidade, eficiência e observância aos princípios da Administração Pública, contribuindo diretamente para a melhoria da prestação dos serviços policiais e do atendimento ao cidadão.

11. Corpo de Bombeiros Militar:

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de móveis sob medida destinados à reestruturação dos ambientes internos do 14º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado em Xanxerê, contemplando a Seção de Segurança Contra Incêndio e demais setores administrativos, bem como adequações em espaços de uso comum.

A necessidade decorre da importância de adequar os ambientes às demandas operacionais e administrativas, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores e qualificando o atendimento ao público. A utilização de mobiliário planejado permite melhor aproveitamento dos espaços, organização de materiais e documentos, além de contribuir para a padronização e funcionalidade dos setores.

Destaca-se ainda que as melhorias estruturais em andamento na unidade demandam a instalação de mobiliários compatíveis com os novos ambientes, garantindo integração, durabilidade e adequada utilização dos espaços físicos.

Dessa forma, a contratação visa promover maior organização interna, eficiência nas rotinas administrativas e melhoria na prestação do serviço à comunidade, refletindo positivamente na imagem institucional do Corpo de Bombeiros Militar.

12. Cultura:

Justifica-se a definição das quantidades solicitadas em razão das necessidades estruturais e operacionais do Departamento de Cultura, especialmente nos espaços do Museu do Milho Antônio Sirena e da Biblioteca Pública Municipal. A presente demanda visa à otimização dos ambientes, melhor aproveitamento dos espaços físicos e adequação às atividades desenvolvidas, garantindo funcionalidade, organização, acessibilidade e segurança aos usuários.

A escolha por materiais de alta resistência, como granito e MDF, fundamenta-se na necessidade de durabilidade em ambientes com fluxo dos usuários, além da conservação adequada dos espaços públicos. Tais materiais apresentam maior resistência ao desgaste, facilidade de limpeza e manutenção, contribuindo para a eficiência operacional e redução de custos ao longo do tempo.

No Museu do Milho Antônio Sirena, os materiais serão utilizados em:

- **Cozinha:** organização e otimização do espaço, em razão de ter atividades que envolve a gastronomia do milho.
- **Espaços de recepção e atendimento:** superfícies adequadas para acolhimento dos visitantes e organização de materiais informativos;
- **Áreas de apoio:** estruturas que auxiliem na conservação de equipamentos e objetos do acervo.

Na Biblioteca Pública Municipal, a aplicação se dá em:

- **Cozinha:** organização e utilização diária dos funcionários e atividades de gastronômicas.

Destaca-se, ainda, a necessidade de superfícies com baixa porosidade e alta resistência mecânica, especialmente em locais de uso coletivo, possibilitando higienização frequente e eficiente, requisito

essencial para ambientes públicos de cultura e educação, considerando as particularidades estruturais do museu e da biblioteca.

Dessa forma, as quantidades solicitadas mostram-se compatíveis com as demandas dos espaços culturais, assegurando melhores condições de atendimento ao público.

PRAZOS E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Lote 1 – Móveis Planejados

- Medição: Assim que a secretaria solicitante entrar em contato com a Contratada, a mesma terá até 3 (três) dias para realizar a visita técnica no local em que se necessita a confecção do móvel. Essa visita será necessária para tomar conhecimento do ambiente em que o móvel será instalado e, através da medição do espaço físico será elaborado o projeto do móvel, com o intuito de identificar a cor do acabamento, quantificar os metros quadrados de Chapa de MDF e esclarecer possíveis dúvidas da secretaria solicitante.
- Projeto: Após a medição, a Contratada terá um prazo de até 5 (cinco) dias úteis para apresentar o projeto e caso não seja aprovado o projeto, terá um prazo para revisão de projeto de até 3 (três) dias úteis. Numa possível não aprovação, o prazo para revisão do projeto se repete até alcançar a aprovação da secretaria solicitante. Assim que aprovado o projeto, a secretaria solicitante estará emitindo a Autorização de Fornecimento/Empenho.
- Confecção, transporte, entrega e instalação: O prazo máximo para as etapas de confecção, transporte, entrega e instalação dos móveis será de 30 (quarenta) dias corridos, após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

Lote 2 – Granitos Sob Medida e Cubas

- Medição: Nos locais onde se fizer necessário a instalação de granitos e cubas, assim que terminada a instalação dos móveis, a secretaria solicitante entrará em contato com a Contratada que terá até 48 (quarenta e oito) horas para estar efetuando a medição.
 - Nesse processo será definido a cor do granito, o tipo de acabamento, o modelo de cuba e demais detalhes pertinentes.
 - Assim que definido todos detalhes, a secretaria solicitante estará emitindo a Autorização de fornecimento com base nas informações levantadas.
- Confecção, transporte, entrega e instalação: O prazo máximo para as etapas confecção, transporte, entrega e instalação dos granitos será de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

Os produtos entregues que não estiverem dentro das especificações deverão ser substituídos pela licitante vencedora, sem qualquer ônus à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação do fato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital.

Cada pedido não possui quantidade mínima, podendo ser realizadas ordens conforme a necessidade da contratante, de forma parcelada.

As medições e o recebimento dos objetos dar-se-ão nos seguintes horários: MATUTINO, das 7:30h às 11h30min; e VESPERTINO, das 13h às 17h.

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO – GESTOR E FISCAL:

Secretaria de Administração e Finanças/Gabinete do Prefeito:

Gestor: Thaise Paludo Severo

Fiscal: Jessyca de Marco Alves – Telefone: (49) 3441-8500 – E-mail: administracao@xanxere.sc.gov.br

Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer

Gestor: Luiz Vicente Paglia Junior

Fiscal: Douglas Richardt Bin – Telefone: (49) 3441-8509 - E esportes.jogos@xanxere.sc.gov.br**Secretaria de Infraestrutura e Serviços**

Gestor: Alcedir Rama

Fiscal: Vanessa Mara Zandonai – Telefone: 3441-8500 – E-mail: engenharia1@xanxere.sc.gov.br**Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura**

Gestor: Sidinei Peretti

Fiscal: Edineia Paludo – Telefone: 3441-8529 – E-mail: agricultural@xanxere.sc.gov.br.**Secretaria de Educação**

Gestor: Vera Lúcia Correa

Fiscal: Tainá Galatto Bertan – Telefone: 3441-8520 – E-mail: edu.compras@xanxere.sc.gov.br**Secretaria de Saúde**

Gestor: Weslen Augusto Molmann

Fiscal: Lucia Barbosa da Silva – Telefone: 3441-8585 – E-mail: comprassaude@xanxere.sc.gov.br**Secretaria de Assistência Social**

Gestor: Fabiana Maria Wuick Mascarello

Fiscal: Anaderge Maia de Farias – Telefone: 3441-8545 - E-mail: social.compras@xanxere.sc.gov.br**PEA**

Gestor: Fabiana Maria Wuick Mascarello

Fiscal: Terezinha Matiello – Telefone: 3441-8561 - E-mail: 60mais@xanxere.sc.gov.br**Polícia Militar**

Gestor: Bruna da Cruz Crusaro

Fiscal: Ednilson Jacobsen – Telefone: (49) 3321-0183 - E-mail: 30bp4@pm.sc.gov.br**Polícia Civil**

Gestor: Vinícius Buratto Iunes

Fiscal: Jusara Maria Borges dos Santos – Telefone: (49) 99919-4725 – E-mail: drpxanxere@pc.sc.gov.br.**Corpo de Bombeiros Militar.**

Gestor:

Ismael

Mateus

Piva

Fiscal: Sd BM Steffano Rafel Rech – Telefone: (49) 91662750 – E-mail: 14_1log@cbm.sc.gov.br**CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado conforme o Decreto nº 12/2026, disposto no Site da Prefeitura Municipal de Xanxerê, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e do número do pregão, com o objetivo de agilizar o trâmite de recebimento do material ou serviço, bem como a posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

Além disso, é obrigação do fornecedor apresentar, juntamente com a nota fiscal, todas as certidões negativas válidas, como condição para a liberação do pagamento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Secretaria de Administração e Finanças/Gabinete do Prefeito:

Gabinete – Red. 2 f. 1.5001

Administração – Red. 15 f. 1.500

Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer:

Red - 94 Fonte 1500

Secretaria de Infraestrutura e Serviços

Red 51 - 3.3.90 - Fonte 1.500

Red 53 - 4.4.90 - Fonte 1.500

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura

Red. 28

Red. 36 Fonte 1500

Secretaria de Educação

Reduzido 76 fonte 1364.00

Reduzido 82 fonte 0001.00

Reduzido 85 fonte 0001.00

Secretaria de Saúde

Red. 8 - Recurso próprio - Fonte 0002

Red. 13 - Manutenção Atividades de Saúde - Fonte 1138

Red. 11 - Fonte 0002.

Secretaria de Assistência Social

Reduzido 05 Recursos Próprios Fonte 1500

Reduzido 06 Recursos Próprios Fonte 1500

Reduzido 08 PSB Fonte 1660

Reduzido 08 PSB Fonte 1661

Reduzido 08 PSB Fonte 2660

Reduzido 08 PSB Fonte 2661

Reduzido 09 PSB Fonte 1660

Reduzido 09 PSB Fonte 1661

Reduzido 09 PSB Fonte 2660

Reduzido 09 PSB Fonte 2661

Reduzido 14 PSMAC Fonte 1660

Reduzido 14 PSMAC Fonte 1661

Reduzido 14 PSMAC Fonte 2660

Reduzido 14 PSMAC Fonte 2661

Reduzido 15 PSMAC Fonte 1660

Reduzido 15 PSMAC Fonte 1161

Reduzido 15 PSMAC Fonte 2660

PEA

Red. 121 Recursos Próprios Fonte 1500

Red. 122 Recursos Próprios Fonte 1500

Polícia Militar

Red. 23 - fonte 1500

Polícia Civil

Red 20 - Fonte. 1111

Corpo de Bombeiros Militar.

Red 117 - Fonte: 1753

Cultura

Red. 99 Fonte 1500

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

1. Apresentar a Autorização de Fornecimento especificando os serviços a serem executados, o local e o devido prazo para a execução dos mesmos;
2. Fornecer os materiais necessários para a realização dos serviços;
3. Fiscalizar e acompanhar toda a execução do serviço, bem como oficiar a contratada, caso os serviços não estejam sendo executados conforme contrato;
4. Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
5. Notificar a contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do Edital, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- I. A empresa deverá comparecer no município para medir o local que será posicionado o móvel ou medi-lo por meio de tecnologia/software.
- II. As medições in loco e posteriormente as instalações deverão ser realizadas nos prédios públicos localizados no perímetro urbano do Município de Xanxerê.
- III. Cumprir com os prazos de instalações: medições 05 (cinco) dias úteis e instalação em até 30 (trinta) dias.
- IV. Não é permitido a subcontratação do serviço contratado.
- V. A vencedora obriga-se aos encargos sociais, fiscais e trabalhistas, bem como com o deslocamento até os locais indicados incluindo alimentação de seus colaboradores e demais despesas concernentes à execução.
- VI. A medição por metro quadrado compreende a instalação posterior de todo o conjunto de materiais necessários para perfeita utilização pelo órgão solicitante.
- VII. A empresa deverá possuir todas as ferramentas necessárias para os serviços de medição e instalação.
- VIII. Os pedidos não possuirão quantidade ou metragem mínimas, podendo ser realizadas ordens conforme a necessidade da contratante, de forma parcelada.

- IX. Durante a vigência da ata, a empresa fica obrigada a fornecer os produtos de acordo com o valor proposto, nas quantidades solicitadas e nos prazos estipulados pelo contrato.
- X. Os produtos adquiridos deverão possuir garantia integral, com prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega, contra qualquer defeito de fabricação que o produto venha a apresentar, incluindo avarias no transporte até o local de entrega, vício de qualidade etc., mesmo depois de ocorrida sua aceitação/aprovação pela secretaria solicitante.
- a. Não serão aceitas garantia de terceiros.
- XI. A garantia inclui a substituição do material defeituoso no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para o município, podendo ser prorrogado mediante solicitação por escrito, devidamente justificada, com antecedência mínima de 02 (dois) dias corridos.
- XII. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- XIII. A contratada é obrigada a disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.
- XIV. Os produtos deverão ser entregues exclusivamente às expensas do contratado, as quais incluem despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outras necessárias para o fornecimento do produto.
- XV. Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei, devendo, juntamente a estas, serem apresentados os documentos constantes no Checklist de Recebimento e Conferência de Documentos para Liberação de Pagamento, anexo ao processo.
- XVI. As medições e o recebimento dos objetos dar-se-ão nos seguintes horários: MATUTINO, das 7:30h às 11h30min; e VESPERTINO, das 13h às 17h.

VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO:

Em conformidade com o art. 5º do Decreto Municipal nº 7/2024, a pesquisa de preços para definição do valor estimado do processo licitatório destinado à contratação dos serviços foi realizada em observância aos parâmetros estabelecidos na referida norma.

No portal Compras.gov, foram identificados itens com descrição semelhante ou idêntica aos pretendidos, sendo tais cotações utilizadas para a formação da média dos valores constantes na tabela anexa.

Quanto à pesquisa em outros editais, foram localizadas contratações contendo itens idênticos ou similares aos ora pretendidos. As cotações obtidas junto aos Municípios de Ibicaré, Mondaí, Palmitos, Campo Verde e Agrolândia, referentes aos exercícios de 2025 e 2026, foram devidamente consolidadas na tabela anexa.

Para o lote de móveis sob medida/planejados em MDF por m², foram consideradas 4 (quatro) contratações municipais para composição da média de preços.

No item “*granito sob medida por m²*”, foi identificado 1 (um) item semelhante no portal Compras.gov, o qual foi utilizado por apresentar valor compatível com as demais contratações. Adicionalmente, foram localizadas 2 (duas) contratações com objetos equivalentes, também consolidadas na tabela, totalizando 3 (três) referências utilizadas para a estimativa.

No que se refere às cubas (itens 3, 4 e 5), foram obtidas apenas 2 (duas) referências para composição da média de preços, sendo uma proveniente do portal Compras.gov e outra do Município de Agrolândia. Ressalta-se que, embora tenha sido realizada busca em outros editais, verificou-se que, em regra, as cubas são contratadas conjuntamente com o granito, o que inviabilizou a obtenção de valores individualizados para esses itens.

Para o item fita de LED, foram feitas buscas no Compras.gov, e também em outros editais de licitação, porém não foi possível encontrar o item conforme o que se pretende contratar, principalmente em relação à metragem. Nos editais consultados, foram encontrados apenas itens parecidos, mas com cores e metragens diferentes, o que dificultou a comparação dos valores. Por isso, foram realizadas cotações com 4 (quatro) fornecedores locais, sendo esses valores utilizados para a formação da estimativa de preços, garantindo maior compatibilidade com o mercado.

Destaca-se que o Edital da Prefeitura Municipal de Agrolândia foi adotado como principal parâmetro, por contemplar itens idênticos aos pretendidos nesta contratação. Considerando que o referido edital é datado de 04/09/2025, entende-se que os preços praticados permanecem compatíveis com a realidade de mercado.

Ressalta-se, ainda, que, conforme disposto no Decreto Municipal nº 7/2024, a pesquisa em portais oficiais constitui o parâmetro prioritário, sendo complementada pela análise de contratações similares, as quais se encontram devidamente consolidadas na tabela anexa para fins de estimativa de custos da licitação.

Diante das informações levantadas por meio das consultas realizadas, conclui-se que a estimativa de custos apresentada está devidamente fundamentada, refletindo, de forma fidedigna, os valores praticados no mercado, com base nas contratações analisadas.

ESTIMATIVA DE CUSTO: A estimativa de custo é de R\$ 1.810.400,79 (um milhão, oitocentos e dez mil, quatrocentos reais e setenta e nove centavos).

LOTE 01	R\$ 1.417.631,29
LOTE 02	R\$ 391.353,75
LOTE 03	R\$ 1.415,75
	R\$ 1.810.400,79

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O prazo de vigência será de 1 (um) ano, contado a partir da data de homologação pela Autoridade Competente e, poderá ser prorrogado por igual período, com a inclusão das quantidades inicialmente previstas, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.

REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

Habilitação Jurídica:

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Regularidade Fiscal, trabalhista e correcional

- Prova de Regularidade unificada com a Secretaria da Receita Federal e a Dívida Ativa da União
- Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS;
- Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

- f) Certidão negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP, CEPIM) disponível no site <https://certidoes.cgu.gov.br/>;

Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de Capacitação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional: A empresa proponente deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução dos serviços técnicos compatíveis ao objeto licitado.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A presente contratação tem por objeto a seleção de empresa especializada para a elaboração de projeto, confecção, montagem e instalação de móveis sob medida em MDF, por metro quadrado, destinados a atender às necessidades das Secretarias do Município de Xanxerê, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Verifica-se que a aquisição dos móveis mostra-se mais vantajosa em relação à locação, considerando o melhor custo-benefício a longo prazo, a maior durabilidade dos bens e sua incorporação ao patrimônio público, em conformidade com os princípios da economicidade e eficiência.

A adoção de móveis planejados possibilita o melhor aproveitamento dos espaços físicos, atendendo às especificidades de cada ambiente, além de permitir a padronização estética e funcional. A solução contribui para a organização dos setores, melhoria das condições de trabalho e adequação às normas de ergonomia, promovendo maior conforto, segurança e produtividade aos servidores.

A contratação de empresa especializada assegura a qualidade dos materiais e dos serviços executados, resultando em mobiliário durável e adequado às necessidades institucionais, reduzindo custos com manutenções e substituições frequentes. Ademais, ambientes bem estruturados refletem positivamente na imagem institucional, reforçando a eficiência e o compromisso da Administração Pública com a qualidade no atendimento ao cidadão.

Por fim, a solução proposta permite flexibilidade para futuras adequações dos espaços, acompanhando as demandas administrativas, além de garantir a execução integrada de todas as etapas, desde o projeto até a instalação, minimizando riscos e assegurando o cumprimento dos prazos. Dessa forma, a contratação mostra-se adequada, eficiente e alinhada ao interesse público.

ALINHAMENTO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:

O presente objeto encontra-se contemplado no item 28 do Plano Anual de Contratações (PAC), devidamente aprovado pelos gestores responsáveis, estando inicialmente vinculado à Secretaria de Administração.

Entretanto, considerando as constantes demandas, mudanças e adequações necessárias no âmbito das demais Secretarias, optou-se pela realização da licitação na forma multientidades, com o objetivo de promover maior eficiência, padronização e economicidade na contratação.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS/ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE:

- Utilizar madeira de fontes certificadas pelo manejo florestal sustentável;
- Investir em tecnologias e processos de produção mais eficientes energeticamente pode reduzir o consumo de energia durante a fabricação;
- Implementar sistemas eficazes de tratamento de resíduos para minimizar a poluição da água e do ar;
- Adoção de práticas de redução, reutilização e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- Planejamento logístico para reduzir emissões no transporte e na instalação;

- Fornecimento de móveis com maior durabilidade e qualidade, reduzindo a necessidade de substituições frequentes.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação foi estruturada com parcelamento em lotes, considerando a natureza dos serviços e materiais envolvidos.

Verifica-se que os itens a serem contratados (móveis planejados em MDF, fornecimento e instalação de granito e fornecimento de cubas), embora relacionados ao mesmo objetivo, possuem características distintas e podem ser executados por empresas especializadas em cada segmento.

Dessa forma, optou-se pelo parcelamento em lotes separados, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame, possibilitar a participação de um maior número de fornecedores, inclusive de pequeno porte, e buscar propostas mais vantajosas para a Administração. Além disso, o parcelamento não compromete a execução do objeto, uma vez que os itens podem ser contratados e executados de forma independente, conforme a necessidade de cada Secretaria.

FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A seleção será realizada por meio de PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA, do tipo Menor preço por LOTE.

ANEXO II
PLANILHA PARA COTAÇÃO DE PREÇOS / MODELO PROPOSTA

Nome da empresa (razão social):
Endereço:
Cidade: UF: CEP:
CNPJ n.: Telefone/fax:
E-mail:
Banco n.: Agência n.: Conta corrente n.:

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNT	UND	Marca/ Modelo	Valor Unit. Máximo	Valor Total R\$
01	Contratação de empresa com mão de obra especializada, com elaboração de projeto, confecção, montagem e instalação para aquisição de móveis sob medida/planejados em MDF por m ² (metro quadrado), atendendo as necessidades das Secretarias do Município de Xanxerê, pelo período de 12 (doze) meses.	3915	M ²		R\$ 362,10	R\$ 1.417.631,29

LOTE 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNT	UND	Marca/ Modelo	Valor Unit. Máximo	Valor Total R\$
02	GRANITO SOB MEDIDA POR M ² (METRO QUADRADO). Granito liso, não poroso, com no mínimo 20MM de espessura, com acabamento bipolido e arredondado caso necessário. Fornecido em tons claros ou escuros, como por exemplo: branco dallas, marrom café bahia, preto são gabriel. COR A SER DEFINIDA NA CONTRATAÇÃO. Todos os insumos (adesivos, colas, massas, etc) e estruturas necessárias a fixação do granito (suportes, mão-francesas, pés, estruturas metálicas, ferragens, parafusos, etc) ficarão a cargo do licitante vencedor e deverão estar inclusos na confecção dos granitos. O valor do metro quadrado deverá englobar todos os custos necessários às etapas de medição, projeto, confecção, transporte, entrega e instalação nos locais previamente informados pela secretaria requisitante. É obrigatória, por parte da contratada, a apresentação dos projetos técnicos dos granitos executados, contendo as respectivas medidas lineares e a metragem quadrada total (m ²) de cada item individual. Essas informações deverão constar nos documentos finais de entrega, com vistas a subsidiar o Setor de Patrimônio na correta incorporação dos bens ao acervo municipal.	735	M ²		R\$ 454,43	R\$ 334.006,05
03	CUBA INOX DE EMBUTIR RETANGULAR NO	50	Und		R\$ 365,89	R\$ 18.294,25

	TAMANHO GRANDE. Nas dimensões aproximadas: 56CM de comprimento X 34CM de largura X 17CM de profundidade, podendo sofrer variação de tamanho de até 3CM. Fabricada em aço inox polido 304 com espessura mínima de 0,6MM, acabamento alto brilho espelhado. Deverá ser fixada ao granito com adesivo de poliuretano e cola plástica. Acompanha válvula para pias e cubas com saída ladrão/escape.					
04	CUBA INOX DE EMBUTIR RETANGULAR NO TAMANHO PEQUENO. Nas dimensões aproximadas: 40CM de comprimento X 34CM de largura X 17CM de profundidade, podendo sofrer variação de tamanho de até 3CM. Fabricada em aço inox polido 304 com espessura mínima de 0,6MM, acabamento alto brilho espelhado. Deverá ser fixada ao granito com adesivo de poliuretano e cola plástica. Acompanha válvula para pias e cubas com saída ladrão/escape.	20	Und		R\$ 197,57	R\$ 3.951,40
05	CUBA CERÂMICA DE EMBUTIR OVAL NO TAMANHO PADRÃO. Nas dimensões aproximadas: 40CM de comprimento X 30CM de largura X 15CM de profundidade, podendo sofrer variação de tamanho de até 3CM. Fabricada em material cerâmico com espessura mínima de 8MM, na cor branca. Deverá ser fixada ao granito com adesivo de poliuretano e cola plástica. Acompanha válvula para pias e cubas.	70	Und		R\$ 176,87	R\$ 12.380,55

LOTE 03

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNT	UND	Marca/Modelo	Valor Unit. Máximo	Valor Total R\$
06	Fita LED COB 3000K 9W/m 12V/ IRC80 - rolo de 5 metros com fonte	10	Und		R\$ 141,58	R\$ 1.415,75

a) Declaramos que na proposta apresentada compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

b) Validade Proposta: xx dias.

....., .. de de 2026.

(Nome e assinatura do responsável)

OBS: Havendo qualquer discordância entre as unidades e descrição do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

ANEXO III**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000/2026**

O **MUNICÍPIO DE XANXERÊ**, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua Dr. José de Miranda Ramos, nº 455, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.860/0001-13, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **OSCAR MARTARELLO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê, inscrito no CPF sob o nº 461.817.769-15 e RG nº 1692088, e a empresa:

XXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua **XXXXXXXXXX**, nº **XX**, Bairro **XXXX**, na cidade de **XXXXXX**, Estado de **XXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXX**, portador do **XXXXXX** considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica Nº 0038/2026, processo administrativo nº 0111/2026, **RESOLVE** registrar os preços do(s) item(ns) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1 **Registro de preços para contratações futuras e parceladas de empresa com mão de obra especializada, com elaboração de projeto, confecção, montagem e instalação de móveis sob medida/planejados em MDF por m² (metro quadrado), bem como para fornecimento e instalação de granito por m² (metro quadrado) e fornecimento de cubas, atendendo as necessidades das Secretarias do Município de Xanxerê-SC.**

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTN.	UND.	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total R\$
	VALOR TOTAL:					

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

- 4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.6. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.7. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.7, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 4.8.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 4.8.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço

registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DAS OBRIGAÇÕES:

7.1. DO DETENTOR DA ATA:

- 7.1.1. A empresa deverá comparecer no município para medir o local que será posicionado o móvel ou medi-lo por meio de tecnologia/software.
- 7.1.2. As medições in loco e posteriormente as instalações deverão ser realizadas nos prédios públicos localizados no perímetro urbano do Município de Xanxerê.
- 7.1.3. Cumprir com os prazos de instalações: medições 05 (cinco) dias úteis e instalação em até 30 (trinta) dias.
- 7.1.4. Não é permitido a subcontratação do serviço contratado.
- 7.1.5. A vencedora obriga-se aos encargos sociais, fiscais e trabalhistas, bem como com o deslocamento até os locais indicados incluindo alimentação de seus colaboradores e demais despesas concernentes à execução.
- 7.1.6. A medição por metro quadrado compreende a instalação posterior de todo o conjunto de materiais necessários para perfeita utilização pelo órgão solicitante.
- 7.1.7. A empresa deverá possuir todas as ferramentas necessárias para os serviços de medição e instalação.
- 7.1.8. Os pedidos não possuirão quantidade ou metragem mínimas, podendo ser realizadas ordens conforme a necessidade da contratante, de forma parcelada.
- 7.1.9. Durante a vigência da ata, a empresa fica obrigada a fornecer os produtos de acordo com o valor proposto, nas quantidades solicitadas e nos prazos estipulados pelo contrato.
- 7.1.10. Os produtos adquiridos deverão possuir garantia integral, com prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega, contra qualquer defeito de fabricação que o produto venha a apresentar, incluindo avarias no transporte até o local de entrega, vício de qualidade etc., mesmo depois de ocorrida sua aceitação/aprovação pela secretaria solicitante.
- 7.1.11. Não serão aceitas garantia de terceiros.
- 7.1.12. A garantia inclui a substituição do material defeituoso no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para o município, podendo ser prorrogado mediante solicitação por escrito, devidamente justificada, com antecedência mínima de 02 (dois) dias corridos.
- 7.1.13. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 7.1.14. A contratada é obrigada a disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.
- 7.1.15. Os produtos deverão ser entregues exclusivamente às expensas do contratado, as quais incluem despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outras necessárias para o fornecimento do produto.
- 7.1.16. Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei, devendo, juntamente a estas, serem apresentados os documentos constantes no Checklist de Recebimento e Conferência de Documentos para Liberação de Pagamento, anexo ao processo.
- 7.1.17. As medições e o recebimento dos objetos dar-se-ão nos seguintes horários: MATUTINO, das 7:30h às 11h30min; e VESPERTINO, das 13h às 17h.

7.2. DO ORGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO):

- 7.2.1. Apresentar a Autorização de Fornecimento especificando os serviços a serem executados, o local e o devido prazo para a execução dos mesmos;
- 7.2.2. Fornecer os materiais necessários para a realização dos serviços;
- 7.2.3. Fiscalizar e acompanhar toda a execução do serviço, bem como officiar a contratada, caso os serviços não estejam sendo executados conforme contrato;
- 7.2.4. Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- 7.2.5. Notificar a contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do Edital, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades.

8. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO PAGAMENTO E VIGÊNCIA DA ATA:

8.1. Lote 1 – Móveis Planejados

- 8.1.1. Medição: Assim que a secretaria solicitante entrar em contato com a Contratada, a mesma terá até 3 (três) dias para realizar a visita técnica no local em que se necessita a confecção do móvel. Essa visita será necessária para tomar conhecimento do ambiente em que o móvel será instalado e, através da medição do espaço físico será elaborado o projeto do móvel, com o intuito de identificar a cor do acabamento, quantificar os metros quadrados de Chapa de MDF e esclarecer possíveis dúvidas da secretaria solicitante.
- 8.1.2. Projeto: Após a medição, a Contratada terá um prazo de até 5 (cinco) dias úteis para apresentar o projeto e caso não seja aprovado o projeto, terá um prazo para revisão de projeto de até 3 (três) dias úteis. Numa possível não aprovação, o prazo para revisão do projeto se repete até alcançar a aprovação da secretaria solicitante. Assim que aprovado o projeto, a secretaria solicitante estará emitindo a Autorização de Fornecimento/Empenho.
- 8.1.3. Confecção, transporte, entrega e instalação: O prazo máximo para as etapas de confecção, transporte, entrega e instalação dos móveis será de 30 (quarenta) dias corridos, após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

8.2. Lote 2 – Granitos Sob Medida e Cubas

- 8.2.1 Medição: Nos locais onde se fizer necessário a instalação de granitos e cubas, assim que terminada a instalação dos móveis, a secretaria solicitante entrará em contato com a Contratada que terá até 48 (quarenta e oito) horas para estar efetuando a medição.
 - 8.2.1.1. Nesse processo será definido a cor do granito, o tipo de acabamento, o modelo de cuba e demais detalhes pertinentes.
 - 8.2.1.2. Assim que definido todos detalhes, a secretaria solicitante estará emitindo a Autorização de fornecimento com base nas informações levantadas.
- 8.2.2 Confecção, transporte, entrega e instalação: O prazo máximo para as etapas confecção, transporte, entrega e instalação dos granitos será de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 8.2.3 Os produtos entregues que não estiverem dentro das especificações deverão ser substituídos pela licitante vencedora, sem qualquer ônus à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação do fato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital.
- 8.2.4 Cada pedido não possui quantidade mínima, podendo ser realizadas ordens conforme a necessidade da contratante, de forma parcelada.
- 8.2.5 As medições e o recebimento dos objetos dar-se-ão nos seguintes horários: MATUTINO, das 7:30h às 11h30min; e VESPERTINO, das 13h às 17h.
- 8.2.6 O prazo de vigência da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que devidamente justificada, comprovada a vantajosidade dos preços registrados e observadas as condições de mercado, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

- 8.2.1.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, os quantitativos inicialmente registrados poderão ser renovados, mediante nova análise de demanda, nova pesquisa de preços, justificção quanto a vantajosidade da manutenção da ata e concordância expressa do fornecedor detentor.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.2 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.2.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.2.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.2.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.2.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.5.1 Por razão de interesse público;
 - 9.5.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.5.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ designa como Gestores desta Ata: **Thaise Paludo Severo, Luiz Vicente Paglia Junior, Alcedir Rama, Sidinei Peretti, Vera Lúcia Correa, Weslen Augusto Molmann, Fabiana Maria W. Mascarello, Bruna da Cruz Crusaro, Vinicius Buratto Iunes, Ismael M. Piva**, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis, e como fiscais: **Jessyca de Marco Alves, Douglas Richardt Bin, Vanessa Mara Zandonai, Edineia Paludo, Tainá Galatto Bertan, Lucia Barbosa da Silva, Anaderge Maia de Farias, Terezinha Matiello, Edenilson Jacobsen, Jusara Maria Borges dos Santos e Stéfano Rafael Rech**, para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

11 DAS PENALIDADES

- 11.2 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

- 11.2.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 11.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 11.4 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12 CONDIÇÕES GERAIS

- 12.2 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e Termo de Referência.
- 12.3 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 12.4 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 12.5 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Xanxerê-SC, de de 2026.

MUNICÍPIO DE XANXERÊ
Órgão Gerenciador

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Detentor da Ata

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: